

Desenvolvimento humano e pobreza: dinâmicas territoriais no Brasil pós década inclusiva

Human development and poverty:
territorial dynamic in Brazil after an
inclusive decade

Desarrollo humano y pobreza: dinámicas
territoriales en Brasil después de una
década inclusiva



Diego Pinheiro Alencar

Instituto Federal Goiano - Iporá - Goiás - Brasil

diego.alencar@ifgoiano.edu.br

Resumo: A análise da pobreza no território nacional demanda a compreensão de diferentes escalas analíticas do fenômeno. De início busca-se apresentar o conceito de pobreza como um fenômeno sociopolítico, orientado principalmente pelo acesso à renda, que consequentemente reverbera na privação de capacidade dos indivíduos. Em seguida, através da leitura e interpretação de dados secundários, o presente artigo propõe o debate das dinâmicas socioespaciais em duas dimensões. A primeira corresponde às disparidades regionais que orientaram o desenvolvimento geográfico desigual do Brasil. Considerando os valores relativos é perceptível a maior incidência da vulnerabilidade social em municípios com baixo padrão demográfico, com maiores índices de população rural e localizados nas Regiões Norte e

Nordeste. A segunda considera os principais núcleos urbanos brasileiros, nos quais observou-se a pobreza se manifestando em dois perfis de paisagens: um nas características domiciliares dos aglomerados subnormais, caracterizados predominantemente por domicílios com baixos rendimentos, precarização de infraestrutura e dificuldade no acesso aos serviços; o outro refere-se ao crescimento vertiginoso da população em situação de rua, fenômeno que vem deixando de ser tipicamente metropolitano e passa a interiorizar os municípios brasileiros.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Desigualdade regional. Pobreza rural. Pobreza urbana.

Abstract: This article aims to analyze the poverty in national territory, this analysis demands comprehension of the analytic scale of the problem. At first, it presents the concept of poverty as a political and social matter, guided, mainly, by income access that, as a consequence, it reverberates in deprivation of individuals capacity. After that, throughout reading and interpretation of secondary data, this article proposes a debate about the socioespatial dynamic in two levels. The first level corresponds to the regional disparities that guided the unequal regional development in Brazil. Considering the percentages, it demonstrates a larger incidence about the social vulnerability in municipalities with low demographic profile, with higher levels of rural population and they are placed in North and Northeast regions. Concerning the main Brazilian urban cores, the article observed the poverty manifestation in two kinds of landscape. The first is in the domiciliar characteristic of the subnormal agglomerations, characterised by residences with low incomes, loss of infrastructure and access to the services as sanitation and transport. The second one has to do with the fast growing of the street population, this phenomenon became a part of Brazilian municipalities instead of being in the metropolis as before.

Keywords: INSERIR

Resumen: Este artículo tiene por objetivo analizar la pobreza en el territorio nacional. Para empezar, se pretende presentar el concepto de pobreza como fenómeno socio-político, orientado, principalmente, por el acceso a ingresos que, consecuentemente, reverbera en la privación de capacidad de los individuos. En seguida, a través de la lectura e interpretación de los datos secundarios, este artículo propone el debate de las dinámicas socioespaciales en dos dimensiones. La primera corresponde a las disparidades regionales que orientaron el desarrollo geográfico desigual

geográfico desigual en Brasil. Considerando los valores de ingresos, es perceptible la mayor incidencia de vulnerabilidad social en municipalidades con bajo modelo demográfico, con mayores índices de población rural y ubicados en las Regiones Norte y Nordeste. En lo que respecta a los principales núcleos urbanos brasileños, se observó que la pobreza se manifiesta en dos perfiles de paisajes. El primero en las características domiciliarias de los aglomerados subnormales, caracterizados predominantemente por domicilios con bajos ingresos, precarización de infraestructura y dificultad para acceder a los servicios básicos sanitarios. El segundo se refiere al crecimiento vertiginoso de la población en situación de calle, fenómeno que ha dejado de ser típicamente metropolitano y pasa a interiorizarse de las municipalidades brasileñas.

Palabras clave: INSERIR

Introdução

“Mas eu só quero educar meus filhos, torná-los cidadãos com muita dignidade, eu quero viver bem, quero me alimentar, com a grana que tenho não dá nem pra melar. E o motivo todo mundo já conhece, é que o de cima sobe e o de baixo desce” (AS MENINAS, 1999)

Ao final da década de 1990, o grupo musical “As Meninas” narrava o drama de milhões de brasileiros. Com uma melodia agitada e performance irreverente, a canção “Xibom Bombom” retratava alguns desafios enfrentados pela população brasileira. Dinâmicas como mobilidade social, concentração de renda, segurança alimentar e meritocracia são decantadas nos versos mencionados na epígrafe. Embora a década de 2000 tenha apresentado importantes avanços no âmbito das políticas de assistência social, emprego, renda e desenvolvimento humano, sendo conceituada como década inclusiva (IPEA, 2012), atualmente, passados 23 anos da referida composição, é salutar enfatizar que os conceitos mencionados na canção estão presentes nas agendas política, econômica e de pesquisa no Brasil.

O último Relatório de Riqueza Global indicou que no Brasil ocorreu a elevação da concentração de renda dentre 1% da população mais rica. Em 2019, esse grupo populacional detinha 46,9% da riqueza nacional, passando a 49,6% em 2020, dinâmica que faz o Brasil se destacar em relação a outras nações latino-americanas, sobretudo, ao considerar a ascensão dos níveis de desigualdade social entre os anos de 2010 e 2020 (CREDIT SUISSE, 2021)¹. O aumento da concentração de renda, associado à erosão da renda e desmonte do Estado Social reverberaram no crescimento da vulnerabilidade social, sobretudo quando considerado o cenário pandêmico. A afirmação pode ser aferida em diferentes seguimentos, como, por exemplo, no aumento de famílias em condição de extrema pobreza, nos índices de pessoas vivendo em situação de rua, na insegurança alimentar, na evasão escolar, dentre outros.

O presente artigo objetiva problematizar as dimensões espaciais da pobreza no Brasil, considerando as dinâmicas que ocorreram entre 2010 e 2020. Destacam-se duas escalas analíticas para a interpretação da pobreza brasileira. A primeira centra-se nas disparidades regionais do Brasil, que se expõem de modo

emblemático na relação cidade-campo. A segunda focaliza as áreas urbanas e, principalmente, metropolitanas, que têm os aglomerados subnormais e a população em situação de rua integrando a paisagem urbana mediante a espacialização da vulnerabilidade social.

Concepções de desigualdade e pobreza

A desigualdade social e a pobreza foram contempladas em abordagens de diferentes campos do conhecimento científico e filosófico. No século XVIII, ao analisar a desigualdade entre os homens, a partir de sua origem e fundamentos, Rousseau (2017) apresenta duas dimensões interpretativas. A primeira é orientada por uma concepção naturalista, na qual a genealogia da desigualdade na humanidade é orientada por narrativas pautadas em aspectos genéticos. A exemplo da imposição do regime de trabalho escravo aos índios no Caribe, em que

os indígenas sucumbiram rapidamente ao excesso de trabalho exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem branco e à incapacidade de se adaptar ao novo modo de vida. Acostumados a uma vida de liberdade, a constituição física e o temperamento dos índios não se adaptavam bem aos rigores da escravidão nas fazendas [plantations] (WILLIAMS, 2012, p. 34).

Elementos de ordem genética também orientaram outras experiências de regimes escravocratas. Freyre (1979), ao analisar os anúncios de jornais no século XIX, apresentou a relevância dos parâmetros biológicos nas negociações de escravos. O anúncio contido no Diário de Pernambuco no dia 29 de setembro de 1859 explicitava os adjetivos que agregavam valor à população escrava, a exemplo “compra-se para uma encomenda uma escrava com alguma cria fêmea, que seja de boa conduta e que tenha alguma habilidade” (p. 82).

Os atributos genéticos não serviram como justificativa apenas aos regimes escravocratas. Como não mencionar a superioridade vociferada na Alemanha Nazista dos indivíduos arianos em relação aos judeus e homossexuais, tal qual exposto por Arendt (2012)? Ingrao (2015) observa a participação dos intelectuais no

desenvolvimento da utopia racial fusional, em que

a invenção da família e da linhagem, elos perdidos que inserem o indivíduo na história, dá assim coerência ao sistema de crenças. Existe segundo o dogma nazista, uma indissociável solidariedade entre o indivíduo, o grupo familiar e a nação, forjada por meio do patrimônio genético (p. 75).

Em comum entre os regimes nazista e escravocrata encontra-se o caráter extremo, ora por meio da violência, ora pela exploração irrestrita do corpo humano (para trabalho ou experimentos), ou mesmo por ambos. É elementar a observação que a tipologia genética (de ordem física ou psíquica) não serviu apenas a regimes extremos. Com frequência, análises do liberalismo econômico negligenciaram elementos estruturais da sociedade, a exemplo da análise de Hayek (1983) que naturalizou a desigualdade de acesso a bens e serviços em que “boa parte dos gastos dos ricos, embora não intencionalmente, serve, desse modo, para custear as despesas das experiências com as novas coisas que, conseqüentemente, poderão, mais tarde, estar ao alcance dos pobres” (p. 61-62).

Kowarick (2009, p. 28), ao analisar a sociedade estadunidense, constatou a culpabilização individual perante a condição social. Em suas palavras, “as concepções liberais tradicionais que apregoavam a prerrogativa de direitos são solapadas pela noção de deveres e, em boa medida, passam também a responsabilizar os indivíduos por sua condição de vida”.

Rousseau (2017) contrapõe a lógica da desigualdade natural a partir das dimensões morais e políticas do fenômeno, tendo em sua gênese a faculdade do aperfeiçoamento e o distanciamento das relações humanas às relações animais. Paradoxalmente o autor apresenta essa capacidade distintiva como a origem das “desgraças dos homens” (p. 56), em que, com o tempo, tornariam o ser humano o “tirano de si mesmo e da natureza” (p.57). A análise em questão demonstrou coesão, tendo em vista o surgimento e regulamentação dos regimes desigualitários no transcorrer da história humana.

Piketty (2020) apresenta a questão em distintos contextos temporais e espaciais, nos quais, com diferentes orientações, a desigualdade social organizou as relações humanas, a exemplo das sociedades ternárias, sociedades de proprietários, sociedades

coloniais e sociedades escravocratas. Os diferentes regimes mencionados se assemelham no impacto da construção ideológica que possibilitou a manutenção e desenvolvimento dos sistemas, tendo em vista que

toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades, e essas justificativas sempre contêm sua parte de verdade e exagero, imaginação e baixaza, idealismo e egoísmo. Um regime desigualitário, tal como definido ao final dessa pesquisa, caracteriza-se por um conjunto de discursos e dispositivos institucionais que visam justificar e estruturar as desigualdades econômicas, sociais e políticas de uma determinada sociedade (p. 12).

A expansão dos regimes desigualitários ocorreu de maneira diferenciada no transcorrer da história. Piketty (2014) demonstrou que em determinados períodos e localidades ocorreram a redução das desigualdades sociais, por meio de políticas distributivas de renda e de bem-estar coletivo, a exemplo do caso europeu após a Segunda Grande Guerra. Entretanto, a amplitude dos rendimentos individuais retoma a agenda acadêmica e política nas décadas finais do século XX e início do XXI. O autor observou que

neste início do século XXI, certas desigualdades de riqueza que pensávamos ter desaparecido parecem estar prestes a voltar a seus picos históricos, ou até mesmo a ultrapassá-los, no contexto da nova economia global, portadora de imensas esperanças (o fim da pobreza) e de enormes desequilíbrios (tanto entre indivíduos como entre países) (p. 459).

Ao mencionar o fenômeno da pobreza na sociedade contemporânea, Piketty (2014) chama atenção para a discussão elementar da temática social. O conceito em questão costumeiramente está relacionado à renda, como, por exemplo, na definição da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual afere o status de pobre àquele indivíduo que vive com menos de U\$ 1,90 por dia, respeitando o indicador do Poder de Paridade de Compra (ONU, 2018)².

A noção de pobreza não deve considerar apenas a dimensão

da produção refletida na escassez, tal qual propôs a teoria malthusiana. Com o significativo crescimento da produtividade da terra e das atividades industriais entre os séculos XIV e XVI, ficou evidente a centralidade da esfera de circulação perante a questão social, pois, conforme observado por Castel (2015), o cenário mencionado não refletiu na redução das situações de vulnerabilidade social, pelo contrário, ocorrendo na sociedade europeia a expansão em massa da população pobre ou, como denominado pelo autor, os “indigentes conjunturais”.

É notório que a renda é elemento preponderante no status social que o indivíduo ocupa, entretanto se torna simplista elencá-la como único atributo para definir o que é um indivíduo pobre. Elementos como habitação, mobilidade social e status conjugal compuseram uma estrutura bibliográfica e estatística para aferição dos indicadores de pobreza no século XIV. Segundo Castel (2015, p. 217), essas informações

permitem afirmar que cerca de um terço ou da metade da população global, conforme os lugares e as épocas, está na situação de ter que viver quase “pensando só no dia de hoje”, eternamente ameaçada de se encontrar aquém do patamar de recursos que permite uma autonomia mínima.

A interpretação da pobreza como carência de autonomia também é observada por Sen (2011). O autor enfatiza a relação entre liberdade e desenvolvimento das capacidades individuais, em que “a perspectiva da capacidade aponta para a relevância central da desigualdade de capacidades na avaliação das disparidades sociais” (p. 266). É salutar afirmar que as capacidades não são definidas pela posse de objetos ou recursos, mas sim pelo desenvolvimento da vida humana, ou seja, pela possibilidade de mobilidade social. Outrora o autor aborda a noção de pobreza a partir da ideia de privação do desenvolvimento das capacidades, observando que

a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta da renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (SEN, 2010, p. 120).

O protagonismo da renda na aferição da pobreza está integrado a outros fatores conjunturais da sociedade, a exemplo da localização geográfica, condição de gênero, grupo étnico, perfil etário, dentre outros. Considerando a dimensão governamental do fenômeno, o autor aponta para o perigo de considerar a renda como recurso unidimensional para implantação de políticas públicas de enfrentamento à pobreza. Pelos seus argumentos,

embora valha a pena ressaltar essas relações entre pobreza de renda e pobreza de capacidades, também é importante não perder de vista o fato fundamental de que a redução da pobreza de renda não pode, em si, ser a motivação das políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc.) (SEN, 2010, p. 125-126).

A nível global o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta as disparidades de acesso às condições elementares para o desenvolvimento das capacidades básicas, como, por exemplo, as dimensões de renda, educação e longevidade. A partir do Relatório Global de Desenvolvimento Humano é possível aferir situações que denotam condições de vida demasiadamente discrepantes. Dentre os 62 países que em 2019 apresentaram IDH muito elevado destacam-se Noruega (0,954), Suíça (0,946) e Irlanda (0,942) que obtiveram os melhores resultados. Por outro lado, ao considerar os países com baixo IDH, observa-se o predomínio das nações africanas, a exemplo de Níger (0,377), República Centro Africana (0,381) e Chade (0,401) (ONU, 2019). A desigualdade do desenvolvimento humano se apresenta de maneira mais elucidativa quando consideradas as informações referentes à expectativa de vida e perspectiva de escolaridade.

A análise dos indicadores de desenvolvimento humano corrobora com a proposição conceitual desenvolvida por Piketty (2020) quando enfatiza as disparidades nos indicadores de desenvolvimento humano no mundo contemporâneo. Também é perceptível a contemplação da análise de Sen (2011) quando aborda a pobreza por meio das privações de capacidades. De maneira objetiva, é possível afirmar que um ser humano ao nascer no Japão tem expectativa de vida de 31,7 anos a mais do que o indivíduo que nasce na República Centro-Africana, ou que, espere-se, 17,1 anos de escolaridades a mais para quem reside na

Austrália quando comparado à população de Sudão do Sul (ONU, 2019).

A regionalização da pobreza brasileira

O Brasil ocupa a 79ª posição no ranking dos países que compõem as Nações Unidas, o que lhe caracteriza como um país de alto IDH. É elementar que a análise do indicador em questão considere as disparidades territoriais do país. Na escala municipal estão presentes, por exemplo, indicadores que se aproximavam aos da Bélgica, como os casos de São Caetano do Sul/SP (0,862) e Águas de São Pedro/SP (0,854). Por outro lado, ao considerar as experiências de Melgaço/PA (0,418) e Fernando Falcão/MA (0,443) observamos situações que assemelhavam à Sudão do Sul (0,413) e Serra Leoa (0,438). (PNUD, 2013; ONU, 2019)³.

Estudos sobre desigualdade social no território brasileiro comumente direcionam os indicadores proporcionais de vulnerabilidade social às Regiões Norte e Nordeste, sobretudo nas áreas rurais. As Regiões Sul e Sudeste comumente são as detentoras dos melhores índices gerais de desenvolvimento humano e indicadores macroeconômicos. A bibliografia é farta, contemplando diferentes períodos da história nacional. Cano (1975) apresenta como as políticas governamentais contribuíram para a concentração industrial no sudeste brasileiro, sobretudo em São Paulo. Furtado (2003) analisa o impacto do referido processo na distribuição territorial do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita, constatando os indicadores mais promissores em São Paulo, quando comparados à região Nordeste. Por fim, Santos (2006, p. 222), considerando as décadas finais do século XX, enfatiza que “observando a distribuição territorial da população que recebe menos da metade de um salário mínimo, o empobrecimento do Nordeste é visível, eram 48,6% do total brasileiro em 1981 e 58,3% em 1997”.

O consumo de elementos materiais (objetos, alimentação, renda, etc.) e imateriais (educação, cultura, saúde, etc.) contribuem diretamente para o desenvolvimento humano e exercício da cidadania. Haguete (1987) analisou a integração entre as disparidades regionais e a efetivação da cidadania no Brasil, englobando os direitos civis, políticos e sociais anteriores à Constituição Federal de 1988. A autora conclui enfatizando que

em termos de diferenças regionais e setoriais, dois aspectos devem ser destacados: a) em algumas regiões (Sudeste e Sul) o direito ao voto tende a ser mais exercido do que em outras desde que estas regiões compreendem uma população mais alfabetizada; em alguns setores o direito ao voto tende a ser negado mais que em outras também por causa do maior número de analfabetos. É o caso do setor rural. Uma vez que o Nordeste é caracterizado por altos índices de analfabetismo e baixo nível de urbanização, ele compreende, pois, uma população que é marcadamente desprovida do direito de participar do processo de decisão política de seu país (p. 133).

A primeira década do século XXI, intitulada “década inclusiva”, em estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta para a redução das disparidades regionais, observando que “a renda do Nordeste sobe 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. Similarmente, a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres, 85,5%, contra 40,5% nas metrópoles e 57,5% nas demais cidades” (IPEA, 2012, p. 7). A dinâmica mencionada é emblemática, pois segue sentido oposto das décadas anteriores. Entretanto, é salutar ressaltar a demanda por políticas governamentais de proteção social e desenvolvimento humano. Conforme consta na tabela 01, as regiões Norte e Nordeste ainda apresentam indicadores aquém da média nacional.

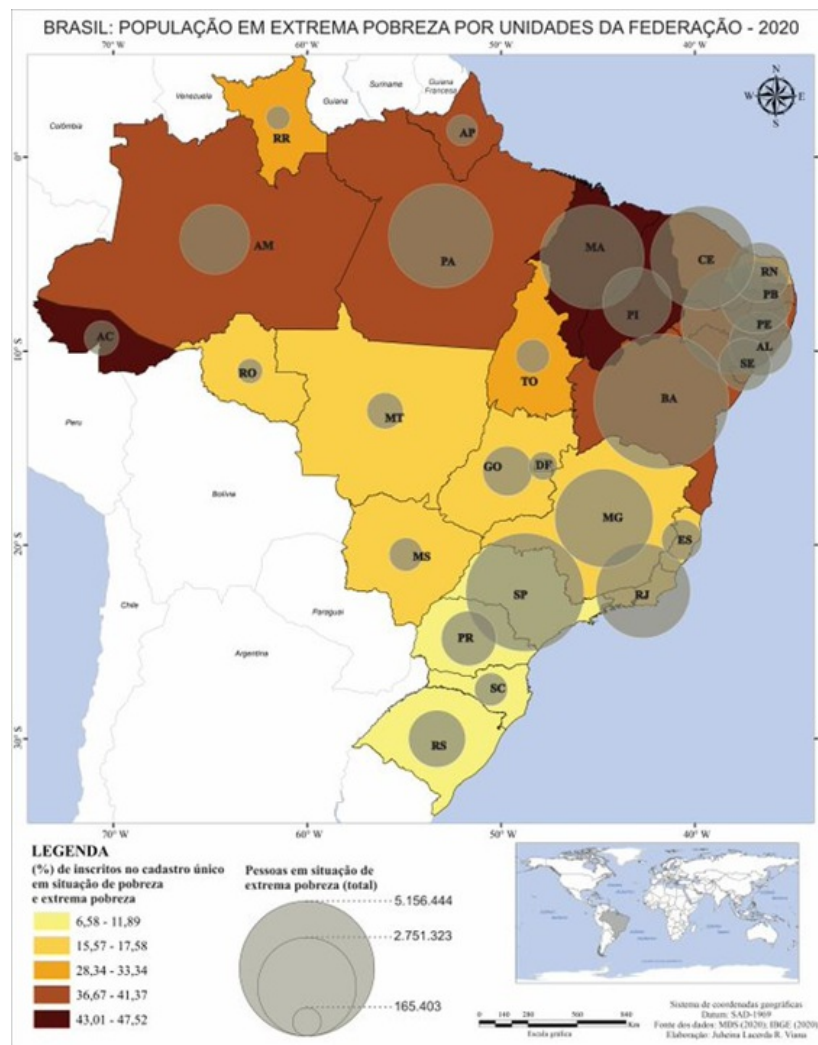
Tabela 1 – Grandes Regiões Brasileiras: informações sociais, 2019

Grande Região	Até US\$ 1,9 PPC	Média de anos de estudo	Ao menos uma ausência do serviço de saneamento básico	Há mais de dois anos sem trabalhar e procurando emprego
Norte	11,4	8,3	81,4	27,8
Nordeste	13,7	7,6	59,0	29,6
Sudeste	3,1	9,7	13,2	26,5
Sul	2,2	9,2	35,2	22,2
Centro-Oeste	2,9	9,2	46,3	22,3
Média Nacional	6,7	9,1	47,0	25,7

Fonte: IBGE, 2019^a; IBGE, 2019^b

Dentre as grandes regiões brasileiras é possível observar a prevalência dos indicadores que remetem à vulnerabilidade social na contemporaneidade no Norte e no Nordeste. Dentre a população que vive em estado de pobreza, segundo a ONU, observa-se que a incidência em relação aos nordestinos é 6,48 vezes maior, quando comparado aos sulistas. Um indivíduo que reside no Sudeste estuda em média 2,4 anos a mais do que no Nordeste. Quando comparados os valores proporcionais de acesso aos serviços de saneamento básico é 6,17 vezes mais comum pelo menos uma ausência no Norte do que no Sudeste. Por fim, a existência de indivíduos há mais de dois anos sem trabalhar e à procura de emprego é 33,33% superior no Nordeste em relação ao Sudeste (IBGE, 2018).

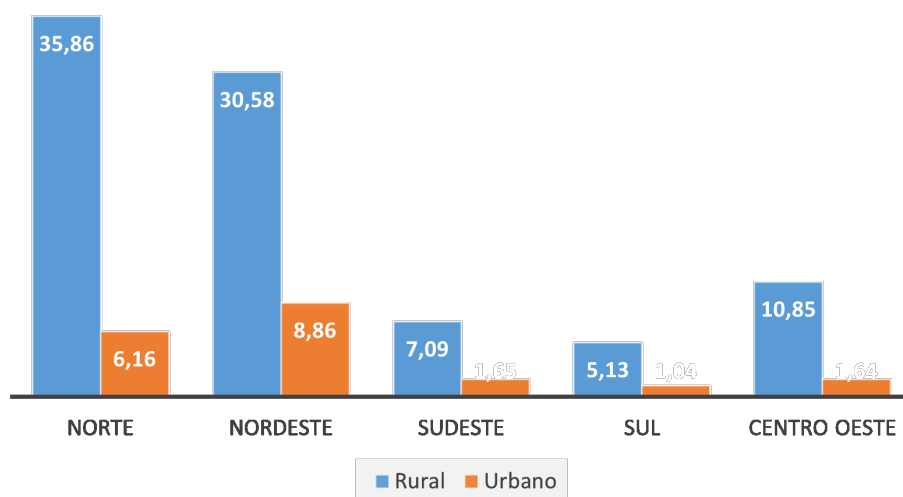
Figura 1– Brasil: população em situação de extrema pobreza, 2020



Fonte: MDS, 2020.

No Brasil 39.390.851 pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CAD Único) encontram-se em situação de extrema pobreza e outras 8.700.050 em situação de pobreza, o que representa 22,71% da população nacional. Em todas as unidades federativas a população em situação de extrema pobreza é superior quando comparada à condição de pobreza. Os casos que mais registraram pessoas vivendo com até R\$ 89 mensais são Bahia (5.165.444), São Paulo (3.972.975) e Pernambuco (3.203.753). Quando comparado o valor relativo dos dois indicadores em relação à população estimada, observamos 14 unidades federativas que apresentam mais de 30% da população recebendo até R\$ 179, tendo como fator comum entre ambas a localização nas regiões Norte e Nordeste (MDS, 2020; IBGE, 2020). A análise da pobreza e extrema pobreza no Brasil precisa considerar alguns cortes sociais, a exemplo da população rural em que é 2,3 vezes mais recorrente em relação à população urbana abaixo da linha de pobreza nacional (IBGE, 2018). A figura 02 apresenta o perfil regional da extrema pobreza por área de residência da população.

Figura 2- Grandes Regiões Brasileiras: extrema pobreza por área de residência, 2010



Fonte: IBGE (2010).

Em todas as regiões brasileiras a população extremamente pobre é proporcionalmente mais significativa nas áreas rurais dos

municípios. No Centro-Oeste a incidência do fenômeno é 6,61 vezes maior no campo que na cidade, enquanto no Nordeste é 3,42 vezes. Dentre as unidades federativas destacam-se Roraima, Acre e Maranhão que registrou nas áreas rurais índices de 48,12%, 40,34% e 40,18% respectivamente. O indicador é ainda mais emblemático quando considerada a escala municipal, a exemplo de Itamarati/AM, Santa Isabel do Rio Negro/AM e Santa Rosa dos Purus/AC que registraram mais de 80% da população rural abaixo da linha de extrema pobreza (IBGE, 2010). Mattos (2006, p. 136) atenta para a relevância de considerar a pobreza rural além da condição monetária, enfatizando que

a pobreza rural brasileira é compreendida de forma diferenciada, através da abordagem das capacitações. Esse fenômeno é abordado a partir de um estudo mais complexo do bem-estar da população assentado sobre uma base informacional mais ampla - multidimensional. Esta compreensão é efetivamente diferente daquela oferecida pela abordagem monetária.

De maneira relativa, a extrema pobreza é mais representativa em municípios pouco populosos e com índices elevados de população rural. Alencar et al (2020), ao analisarem os municípios brasileiros com maiores índices de analfabetismo, constataram forte relação com os indicadores de baixo padrão demográfico, extrema pobreza e população residente em áreas rurais. Por outro lado, os valores absolutos devem ser interpretados de modo a considerar a heterogeneidade das relações sociais e de trabalho nos principais centros urbanos brasileiros.

Cidadania Privada e pobreza urbana

Em termos absolutos, os três principais núcleos urbanos brasileiros mais populosos (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) registraram em dezembro de 2020 2.751.383 pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, o que representou 5,72% do total nacional. Quando considerados os valores relativos à população estimada, o indicador condiz a 12,43%, ou seja, valor significativamente menor que a média nacional que ficou em 22,71% (IBGE, 2020; MDS, 2020).

As desigualdades socioespaciais abordadas no urbano compõem um tema amplamente debatido. Castel (2013) apresentou o tratamento pejorativo que os indivíduos não inseridos nas relações de produção receberam, os denominados vagabundos. A vagabundagem na sociedade inglesa dos séculos XVII, XVIII e XIX era remetida àqueles indivíduos que se recusavam a participar das atividades produtivas, cuja sobrevivência era assegurada mediante a generosidade de outros (BRESCIANI, 1982). As análises em questão convergem para a compreensão que as desigualdades sociais manifestadas na cidade também integrando o estatuto moral da sociedade.

A relação entre trabalho, renda e moral não se fez presente apenas nos países europeus durante o período do capitalismo industrial. Nota-se nos principais núcleos urbanos do Brasil contemporâneo relações que remetem às dinâmicas mencionadas em Londres no século XIX. Kovarick (2009) apresenta que, para além dos desafios impostos pela precarização das condições de habitação, os moradores das favelas brasileiras ainda enfrentam impasses relacionados à dimensão moral. Em suas palavras,

em termos simples: acentua-se um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência que impregna o cenário das grandes cidades brasileiras. Esta associação é uma marca das representações que sempre se fizeram acerca da pobreza, que precisava ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos (p. 91).

A moralização da pobreza historicamente ocorreu de maneira seletiva, por exemplo, por meio da privação de elementos basilares para o desenvolvimento da vida humana. Davis (2006), ao analisar a ecologia das favelas, recorre às cidades industriais da primeira metade do século XIX, observando que os excrementos produzidos pelo modo de vida urbano só foram enfrentados enquanto problema coletivo quando a cólera e febre tifoide avançaram às classes mais abastadas da sociedade. Analisando as metrópoles contemporâneas, o autor é enfático ao afirmar que

oito gerações depois de Engels, a merda ainda recobre doentamente a vida dos pobres urbanos [...]. Efetivamente

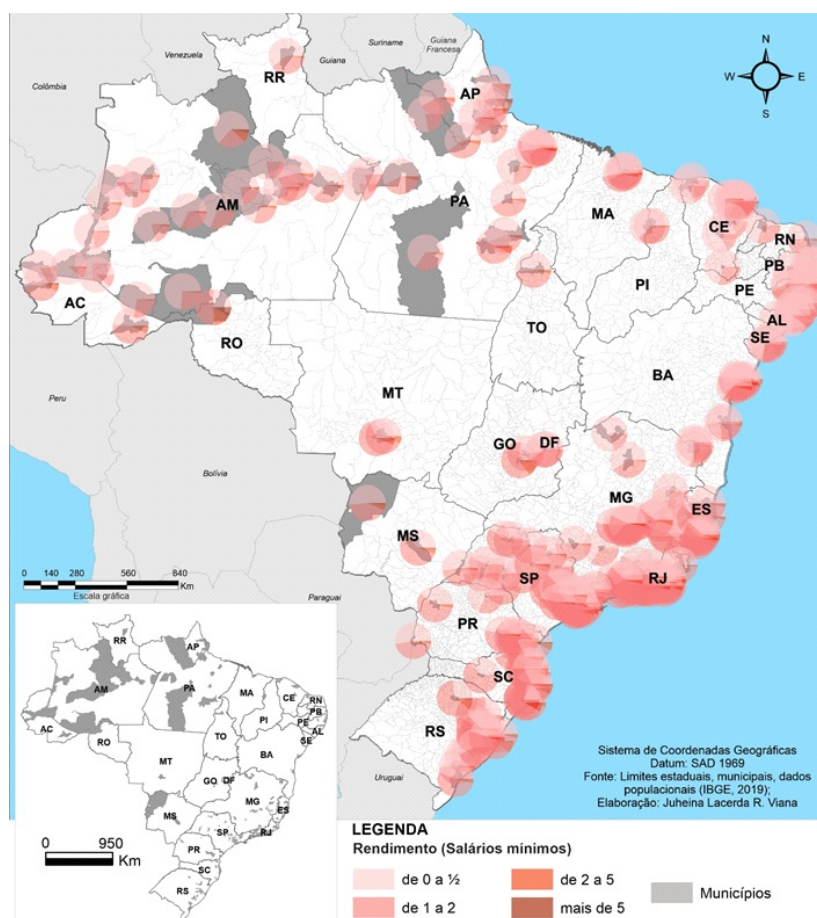
pode-se colocar a *situação da classe trabalhadora na Inglaterra em 1844* [grifo do autor] lado a lado com um romance urbano africano moderno [...] e ponderar sobre a continuidade excrementícia e existencial (p. 142).

A questão sanitária mencionada por Davis (2006) também pode ser apropriada para o caso de milhões de brasileiros. No Brasil foi registrado, em 323 municípios, a existência de aglomerados subnormais, totalizando 3.329 casos. A população residente correspondia a 5,35% da população nacional, correspondendo 11.425.644 habitantes em 3.224.529 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2010). Silva (2014), ao analisar o panorama geral dos indicadores censitários, enfatiza que eles

evidenciam que significativo quantitativo da população brasileira tem condições precárias de moradia, com carência ou mesmo ausência de infraestrutura e serviços urbanos públicos, em lugares que são comumente reconhecidos como aglomerado subnormal, favela e similares. Revelam ainda, que este é um fenômeno com maior predomínio nas metrópoles do país (p. 38).

A precarização dos domicílios localizados em aglomerados subnormais está representada em diferentes dimensões, a exemplo do padrão de construção, acesso à serviços, assim como o perfil de renda da população. A figura 03 indica a distribuição territorial dos aglomerados subnormais localizados nos municípios brasileiros, bem como o perfil do rendimento da população residente.

Figura 3 – Brasil: rendimento domiciliar nos aglomerados subnormais, 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Tal qual afirmado por Silva (2014), a figura 4 denota o caráter metropolitano do fenômeno. Nos municípios de Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Salvador/BA estão concentrados 32,82% dos DPPs localizados em aglomerados subnormais e 31,12% da população residente. Em termos relativos destacam-se os municípios do Norte brasileiro, a exemplo de Marituba/PA, Vitória do Jarí/AP, Ananindeua/PA e Belém/PA, com 77,41%, 76,25%, 60,97% e 52,43% respectivamente de DPP que compõem os aglomerados subnormais.

O acesso à renda reflete a vulnerabilidade social que predomina na população residente nos aglomerados subnormais. A figura 03 indica o perfil de rendimento dos indivíduos residentes no referido ambiente. Considerando a escala municipal se observa a predominância de pessoas vivendo com menos de 1/4 de salário mínimo por mês, padrão comum em 165 municípios. Os seis casos mais emblemáticos ocorreram no estado de Alagoas, com

destaque aos municípios de Barra do Santo Antônio (91,39%), Novo Lino/AL (90,96%), Paripueira/AL (90,76%), Aracaju/AL (89,53%), Satuba/AL (89,32%) e Maceió/AL (88,82%).

A dimensão da renda reflete, inclusive, no acesso aos equipamentos de saneamento básico, o que também denota o perfil vulnerável da população residente em aglomerados subnormais. Em 1.367.399 domicílios (42,46%) o esgotamento sanitário não ocorria mediante rede geral. Ainda, 34.592 domicílios (1,07%) não possuíam banheiros (IBGE, 2010).

Embora os indicadores relacionados aos aglomerados subnormais corroborem para a análise de problemas habitacionais significativos, eles não contemplam a face mais cruel das desigualdades sociais nas cidades brasileiras. Concordamos com essa afirmação de Engels (2010) ao nos apontar que “no fim das contas, porém, os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aqueles que não o têm” (p. 75). O autor apresentou o exemplo londrino no século XIX, estimando que aproximadamente 50.000 pessoas não sabiam onde dormiriam ao final do dia.

Carvalho (1987) apresentou a rotina dos “meninos de rua” na capital goiana. Em sua análise são explanados sentimentos que denotam a escassez de projeção de mobilidade social. Pelo contrário, o sentimento corriqueiro se vincula com mais constância à noção de sobrevivência imediata, como, por exemplo, a sensação de insegurança, motivada tanto pela criminalidade local, quanto por ações dos agentes de segurança pública. Ao descrever uma noite que passara com as “meninas na rua”, a autora narra o depoimento de uma delas:

Dormi mais uns minutinhos até que o relógio bateu quatro horas da manhã. Faltavam somente duas horas que não devia ser nada, para quem ficou até então. Às seis horas acordei as meninas. As pessoas passavam e nos olhavam ali, aquele amontoado de gente. GENTE? Dormindo sobre chuva e sob o frio. Por nenhum momento me senti gente por ali. Os ratos têm mais dignidade, pois gente não foi feito para viver ao relento desse jeito. Criança não foi feita para dormir na rua e ficar doente por omissão dos que mantêm o poder global [...]. Eu não sentia medo, mas nojo de uma situação de vida, ou sobrevida em que vivem os meninos de rua (p. 143).

Embora a narrativa apresentada pela autora tenha ocorrido no final da década de 1980, ainda se faz pertinente para a compreensão das relações socioespaciais das cidades brasileiras. O sentimento de insegurança é companhia constante desse grupo populacional. Em junho de 2021, em Recife/PE, um adolescente atea fogo em uma mulher trans, que, tal qual informado pela polícia militar pernambucana, “mora na rua” (ISTOÉ, 2021). Ações violentas diante de pessoas em situação de rua não são casos isolados nas metrópoles brasileiras. Uma rápida busca em plataformas jornalísticas confere a veracidade da informação.

Na última década é possível observar o crescimento significativo da população em situação de rua, saltando de 7.368 em agosto de 2012, para 144.485 em maio de 2020. O crescimento absoluto está relacionado à interiorização do fenômeno. Se em 2012 as três capitais (São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre) com maior quantitativo concentraram 54,29% do total, em 2020 as três capitais (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) com maior incidência representaram 34,77% do total. Em 2012, foram registradas em 501 municípios pessoas em situação de rua; já em 2020, em 3.138 municípios (MDS, 2020).

A expansão territorial das pessoas cadastradas em situação de rua, embora expressiva, não reflete a totalidade da questão. Como observado em levantamento realizado em 2019, 74% desse grupo populacional não dispõe de documentos pessoais, tão logo não estão aptos ao cadastro na plataforma do governo federal, demonstrando que o problema em questão se demonstra maior do que o apresentado pelas plataformas oficiais (GOIÂNIA, 2019).

Considerações Finais

O texto em questão abordou diferentes escalas analíticas para apresentar a dinâmica espacial da pobreza. Nota-se que, ao considerar o indicador de desenvolvimento humano a nível global, o Brasil se caracteriza enquanto um país de médio desenvolvimento humano. A escala municipal demonstrou “abismos” sociais dentro do território brasileiro, entretanto, a desigualdade de oportunidades e privação de capacidades não se esgota nessa dimensão analítica. Caso fosse considerada a dimensão intraurbana, observaríamos, por exemplo, a Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) da Vila Madalena, em São Paulo

Capital, com IDH de 0,965, o que seria suficiente para se comparar aos indicadores da Noruega, que liderou em 2019 o ranking de desenvolvimento humano (PNUD, 2010; ONU, 2019).

O reconhecimento da ascensão da pobreza em diferentes escalas do território nacional é salutar para a implementação de políticas governamentais nos diferentes campos de atuação do Estado Social Brasileiro. Seguindo o tripé estruturante do IDH, destacamos que a análise em questão subsidia a discussão em:

- **Renda:** considerar o contexto territorial como elemento relevante na implementação de políticas de transferência de renda direta. Elementos como cesta básica, indicadores de aluguel, transporte, dentre outros, interferem diretamente na privação de capacidades dos indivíduos.
- **Longevidade:** considerar que o perfil das atividades socioeconômicas contribui na atuação das redes de assistências em saúde. O Sistema Único de Saúde é instrumento central em ações que focalizam a saúde dos brasileiros. Afirma-se que a integração das ações de saúde e assistência social refletiu positivamente em aspectos da longevidade, a exemplo dos índices de mortalidade infantil.
- **Educação:** As instituições públicas de ensino são vetores fundamentais para a promoção da mobilidade social e desenvolvimento da dignidade humana. Tal qual a saúde, a educação também deve ser planejada de forma indissociável às ações de assistência social.

É necessário reconhecer a defasagem dos indicadores extraídos do Censo Demográfico de 2010. Entretanto, o cenário conjuntural não nos proporciona expectativa de redução da vulnerabilidade social, pelo contrário, levantamos a triste hipótese de que o próximo levantamento censitário indique o aprofundamento da desigualdade social brasileira, expressa de maneira polarizada entre a concentração de renda e a evolução da miséria. Se a primeira década do século XXI foi conceituada de década inclusiva (IPEA, 2012), podemos afirmar que a ascensão de políticas econômicas neoliberais e a erosão do Estado Social Brasileiro fizeram da década seguinte uma nova “década perdida” no que tange a redução das disparidades sociais.

Por fim, é possível afirmar que a canção “Xibom bombom”

torna a interpretar o cenário sociopolítico brasileiro, contemplando os milhões de brasileiros que se apresentam em estado de insegurança alimentar ou os milhões de estudantes que evadiram das instituições de ensino por necessidade de complementar a renda familiar (IBGE, 2020).

Notas

1. O Relatório compara a dinâmica de concentração de riqueza entre Brasil, Chile e México entre 2010 e 2020. Observou-se que nos dois últimos casos ocorreu a redução das riquezas de 1% do “topo”, enquanto no Brasil a dinâmica foi inversa (CREDIT SUISSE, 2021, p. 53).
2. O padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPC) constante, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2020).
3. Em decorrência não realização do censo demográfico de 2020 foi utilizado como parâmetro de comparação o último realizado.

Referências

ALENCAR, Diego Pinheiro; ALENCAR, Juheina Lacerda Ribeiro; JUNQUEIRA, Adenilda Rodrigues da Silva. A Universalização da Educação nos municípios brasileiros. Fortaleza: **Mercator** V. 19, N.1, 2020.

ARENDR, Hannah. **As Origens do Totalitarismo: antisemitismo, imperialismo e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

As Meninas. **Xibom Bombom**. São Paulo: Universal Music, 1999.

BRESCIANE, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. Brasília, Editora Brasiliense, 1982.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 1975. 335f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1975.

CARVALHO, Maria Avelina de. **Tô Vivo**: histórias dos meninos de rua. Goiânia, CEGRAF, 1987.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

Credit Suisse. **Global wealth report 2021**. Zurique: Credit Suisse, 2021. Disponível em <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em 08/07/2021.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX**. São Paulo: Global Editora, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOIÂNIA. **POP RUA 2019**: Censo e perfil da população de rua em Goiânia e Pesquisa sobre o trabalho realizado nas ruas de

Goiânia e Pesquisa sobre o trabalho realizado nas ruas de Goiânia: mapeamento dos/as trabalhadores/as de rua de Goiânia. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019.

HAYEK, Friedrich. **Os fundamentos da liberdade**. Espírito Santo: Editora Visão, 1983.

HAGUETE, Tereza Maria Frota. **Os direitos de cidadania no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1981.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo demográfico de 2010**.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais** – 2019a. Rio de Janeiro, IBGE, 2019a.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b,

_____. **Estimativas Populacionais**, 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b,

INGRAO, Christian. **Crer e Destruir**: os intelectuais na máquina de guerra da SS nazista. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2015.

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada – IPEA. **A década inclusiva (2001-2011)**: desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília: IPEA, 2012

ISTOÉ. **Adolescente ateia fogo em mulher trans no Recife**. Edição Online, 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/pe-adolescente-ateia-fogo-em-mulher-trans-no-recife/>. Acesso em: 26 nov. 2021.

KOWARICK, **Viver em Risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: editora 34, 2009.

MATTOS, Ely José. **Pobreza Rural no Brasil**: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem de capacitações.

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Visualizador de dados sociais. MDS: Brasília, 2017. Disponível em:

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Visualizador de dados sociais**. MDS: Brasília, 2017. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 25/08/2021. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Além do rendimento, além das médias, além do presente**: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: ONU, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **Capital e Ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano municipal**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ROSSEAU, Jean Jaques. **A origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, R.A. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. **Revista GeoUECE** -Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p.26-40, dezembro de 2014.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Informações do autor

Diego Pinheiro Alencar - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2011), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2014) e doutor em geografia pela mesma instituição. Atualmente é professor do Instituto Federal Goiano - Câmpus Iporá (GO), atuando principalmente nos seguintes temas: geografia urbana, geografia política, geografia e econômica, educação e ensino de geografia.

 <https://orcid.org/0000-0002-9413-4514>

Recebido para publicação em 16 de outubro de 2022
Aceito para publicação em 30 de novembro de 2022
Publicado em 19 de dezembro de 2022